

NUESTRA AMÉRICA XXI

DESAFÍOS Y ALTERNATIVAS

GRUPO DE TRABAJO CLACSO
CRISIS Y ECONOMÍA MUNDIAL

CLACSO  **50 AÑOS**

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

#27

Enero 2019

SEC- CIO- NES:

2 -5
Crisis y Economía Mundial

6-12
Países y Regiones

13 - 15
Temas

16
Gráficas y Estadísticas

ASPECTOS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO À LUZ DE MARX: ALGUNAS NOTAS

ROSA MARIA MARQUES*

Em 2018, os 200 anos do nascimento de Karl Marx foi lembrado e festejado em todos os cantos do mundo. Foram incontáveis as atividades organizadas por movimentos sociais, sindicatos, partidos e universidades que, ao realizarem todos os tipos de eventos, destacaram a atualidade de sua contribuição enquanto economista,

O Capital.

Entre as várias questões que mobilizam a discussão sobre o capitalismo contemporâneo, três são destacáveis.

A primeira diz respeito ao chamado setor serviços. Qual seriam o significado e a importância dele estar aumentando sua participação

pilares da indústria 4.0, isto é, da 4ª revolução tecnológica. Como se deve considerar o trabalho humano que restará associado às atividades realizadas no âmbito dessa indústria?

A terceira refere-se à presença dominante e crescente do capital portador de juros e, no seu interior, do capital fictício. Qual o significado e as consequências dessa dominância, tanto do ponto de vista da reprodução do capital como para os trabalhadores em geral? No curto espaço deste artigo, só é possível levantar alguns aspectos das questões envolvidas, mas essas podem servir de guia para um posterior aprofundamento.

Muitos economistas consideram que a expansão dos Serviços é um sinal de enfraquecimento e/ou de retrocesso das economias e que os trabalhadores que neles trabalham não têm o mesmo status ou não são equiparáveis aos trabalhadores da indústria estudados por Marx. De nosso ponto de vista, esta é uma interpretação equivocada.

Para Marx, trabalho produtivo, isto é, que produz mais valia, é todo aquele que envolve

a complexidade apresentada pelo capitalismo contemporâneo, tanto do ponto de vista econômico como social, só pode ser entendida, ou começar a ser desvendada, se tomados como referência seus ensinamentos, principalmente em sua obra máxima, O Capital.

filósofo e político. De fato, a complexidade apresentada pelo capitalismo contemporâneo, tanto do ponto de vista econômico como social, só pode ser entendida, ou começar a ser desvendada, se tomados como referência seus ensinamentos, principalmente em sua obra máxima,

na economia capitalista mundial? Quais seriam os efeitos disso no processo de reprodução do capital?

A segunda tem a ver como os avanços tecnológicos, especialmente ligados ao desenvolvimento da inteligência artificial (IA), um dos

um trabalho assalariado contratado por um capital empenhado em produzir mercadoria. Em outras palavras, tanto o trabalho assalariado quanto o capital devem estar situados na esfera da produção e não da circulação. A chave para a compreensão de se um trabalho é ou não produtivo é, portanto, estabelecer se o mesmo está associado à produção de mercadoria ou não. E o chamado setor Serviços é produtor de mercadorias. Sua imaterialidade e, em alguns casos, aparente imaterialidade, não faculta considerar que seus trabalhadores assalariados, organizados por capital, não sejam produtivos. Como nos ensina Marx, no capítulo 1 de O Capital, “A mercadoria é uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Que essas necessidades tenham a

coloca a indagação de como ficará a existência do trabalho concreto, gerador das propriedades das mercadorias.

Podemos considerar que o capitalismo constitui um ininterrupto movimento de apropriação, por parte do capital, do conhecimento pretérito e futuro necessário para a produção de mercadorias. Essa apropriação se consubstanciou tanto nas máquinas de todos os tipos com diferentes bases tecnológicas, como no desenvolvimento das gerências de fundamento taylorista e fordistas. Mesmo assim, no caso da indústria seriada, não só no interior da produção persistiam enclaves de saber, como se mantinha o conhecimento coletivo por parte dos trabalhadores. Já o mesmo não aconteceu junto à indústria contínua, especialmente nas atividades

relativa à possibilidade de o capital dinheiro assumir a forma de capital fictício. Capital que não guarda nenhuma relação com a produção das mercadorias, seja na produção propriamente dita, seja na realização de seus preços de produção. Capital que gera lucros fictícios, posto que não têm fundamento na mais valia. Por isso, é possível se dizer que o capital portador de juros é a forma “mais acabada” do capital, isto é, o capital que sintetiza e expressa o ideal máximo de todo capitalista: obter lucro sem se preocupar em organizar a produção. Mais do que o desejo de uma fábrica que funcione 24 horas por dia ou de uma fábrica que funcione sem trabalhadores (estes exigem o recebimento de salários e fazem greve), o capitalista tem o desejo supremo de fazer lucro sem que tenha que se preocupar com construir e administrar a fábrica.

Hoje, vivemos um período de dominância desse capital. Não é a primeira vez que isso acontece, dado que o mesmo ocorreu ao final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Mas não há termos de comparação, pois hoje o volume é escandalosamente maior e apresenta uma infinidade de “formas”. Atualmente,

A indústria 4.0 e a IA tornam a reprodução das condições de produção da indústria contínua (quanto a sua relação com o trabalhador) possível para qualquer atividade. O resultado, em termos da expressão do trabalho no interior da produção, será o desaparecimento do trabalho concreto.

sua origem no estômago ou na fantasia, a sua natureza em nada altera a questão”.

Se Marx nomeou o capital produtivo de capital industrial é porque, na época, a produção de mercadorias estava quase praticamente toda associada à indústria, isto é, à produção material. Mas o componente material da produção de mercadorias era circunstancial. No desenvolvimento do capitalismo, essa produção se transformou, ganhando proeminência a produção imaterial. E não é porque as agências internacionais, tal como o Banco Mundial, o FMI e outras, tenham normatizado o registro das contas nacionais, que possamos confundir a indústria nelas contabilizada com a indústria de que fala Marx.

A indústria 4.0, que não deve ser confundida com a simples expansão da automação atual e sim com o aumento de sua autonomia, no qual interagem o mundo real e o virtual, tem como principal suporte a IA. Deixando de lado os impactos que sua generalização poderá ter sobre o nível de emprego, embora isso constitua uma discussão relevante, essa realidade nos

que só foram possíveis de existir a partir de uma completa automação, tal como na produção de energia nuclear. Nesta última, o trabalho nunca se apresentou como um trabalho concreto, do qual resultavam as propriedades da mercadoria. Era e é trabalho abstrato, aqui entendido como expressão da simples presença humana junto à produção completamente automatizada.

A indústria 4.0 e a IA tornam a reprodução das condições de produção da indústria contínua (quanto a sua relação com o trabalhador) possível para qualquer atividade. O resultado, em termos da expressão do trabalho no interior da produção, será o desaparecimento do trabalho concreto.

Segundo Marx, no livro III de O Capital, o capital portador de juros é a forma mais fetichizada do capital: dinheiro que faz dinheiro, sem passar pela produção.

Do entendimento, por parte do capitalista, que basta lançar o capital dinheiro em circulação para que ele se valorize, dê lucro, independentemente do resultado obtido pela capital industrial e/ou comercial da tomada do empréstimo, de-

Segundo Marx, no livro III de O Capital, o capital portador de juros é a forma mais fetichizada do capital: dinheiro que faz dinheiro, sem passar pela produção.

o volume de capital fictício existente no mundo corresponde a dez vezes o PIB mundial. Isso tem consequências de toda ordem, as quais não podemos aqui detalhar. Esse capital, que do ponto de vista analítico pode ser destacado, viceja imbricado com o capital-função, seja ele industrial ou comercial. O relevante a dizer é que essa dominância se manifesta quando não se colocam obstáculos ao seu desenvolvimento, revelando o total descompromisso do capitalismo com a vida e a reprodução da vida na sociedade por ele organizada.

Restaria, ainda, destacar uma quarta questão,

Atualmente, o volume de capital fictício existente no mundo corresponde a dez vezes o PIB mundial. Isso tem consequências de toda ordem, as quais não podemos aqui detalhar.

de extrema importância, que debería ser discutida à luz dos ensinamentos de Marx. Trata-se do fato de estarmos vivendo uma crise sistêmica, pois a permanência da lógica capitalista na relação com a natureza está colocando em riesgo a continuidade das condições ambientais necesarias para a manutenção da própria espécie humana. Para fazer frente a isso, é necessário recolocar o valor de uso no centro de todos os aspectos da vida humana. O desenvolvimento desse ponto, no entanto, fica para outra oportunidade.

*Brasil, GT *Crisis y Economía Mundial*, Rosa Marques é professora titular de Economía da PUC/SP e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economía Política

REFLEXIONES SOBRE EL ANÁLISIS ECONÓMICO Y EL PROBLEMA DE LA DEUDA

JUAN PABLO MATEO*

Problemas de deuda en la actualidad

Tras el estallido de la Gran Recesión en 2007-08, la economía mundial crece a un ritmo que podríamos decir que es aceptable, por encima del 5 y el 4% en 2010 y 2011, respectivamente, entre el 3 y el 3,5% en los años siguientes, habiéndose acelerado en 2017 hasta alcanzar el 3,7% (FMI, 2018. *World economic outlook*, octubre), lo cual es destacable desde una perspectiva de largo plazo. Por tanto, la permanente alusión a la crisis, común en la heterodoxia, debe realizarse con cautelas, so pena de vaciar el término de un mínimo significado.

Sin embargo, los ecos del término crisis sí poseen un asidero objetivo, material y tangible, como de hecho advierten los últimos informes de organismos oficiales. Las condiciones de vida de gran parte de la población no mejoran, los salarios permanecen estancados a pesar del descenso del desempleo, por lo que en muchos casos la satisfacción de las necesidades (materiales e inmateriales) parece comprometerse (OIT, 2018. *Global wage report 2018/19*). La desigualdad crece, se constata una inflación de activos, la inversión está deprimida pese a los aparentes elevados beneficios empresariales (UNCTAD, 2018. *Trade and development report 2018*). De hecho, se destaca el problema asociado al stock de deuda acumulado.

La mediana del ratio deuda pública respecto del PIB a nivel mundial es del 52%, 16 puntos superior al momento anterior al estallido de la crisis. Por ello, la inversión en 2017 es una cuarta parte inferior a la tendencia previa. De hecho, el informe de la UNCTAD se alarma ante la desconexión entre los indicadores macroeconómicos (economía real) y el auge de las finanzas.

¿Una crisis financiera de deuda?

Detrás de la idea de una crisis financiera, y más concretamente, de sobreendeudamiento, se ocultan fundamentos teóricos que deben ser explicitados. En primer lugar, la caracterización, para ser adecuada, debe aludir al factor causal inicial, o de mayor relevancia explicativa, lo que implica explicitar las consiguientes implicaciones. En este sentido, las finanzas tendrían la capacidad de generar las pautas o rasgos centrales de la dinámica capitalista. Y más concretamente, los rasgos de la dinámica de acumulación pasan a depender del nivel de deuda, sea en términos de flujo o stock.

los ecos del término crisis sí poseen un asidero objetivo, material y tangible

En segundo lugar, la alusión a la deuda sugiere la responsabilidad de la subjetividad del ámbito de las decisiones. Por una parte, en cuanto a la conformación del marco institucional en el que operan los agentes, la política económica implementada, a saber: tipos de interés excesivamente bajos, complementado tal vez con una desregulación de la actividad financiera que permita extender el crédito en términos de duración, exigencias, titulización de los préstamos, etc. Por otra, respecto a las decisiones tomadas desde la oferta y la demanda. Respectivamente, i) la irresponsabilidad de los prestamistas (generalmente, la banca), o su excesiva propensión al riesgo; ii) las decisiones de las empresas, administraciones públicas u hogares, que llevaron a endeudarse por encima de sus posibilidades.

Detrás de la idea de una crisis financiera, y más concretamente, de sobreendeudamiento, se ocultan fundamentos teóricos que deben ser explicitados.

En tercer lugar, a veces, el análisis causal puede avanzar en las coordenadas propias de un enfoque de economía política, y explicar el sobreendeudamiento en ciertas áreas a partir de los desequilibrios de las balanzas de pagos, o bien enfatizando el estancamiento de los salarios.

La primera explicación tiene la virtud de que parte de un enfoque global del capitalismo, destacando las economías con necesidad de financiación como EEUU, el Reino Unido y las ubicadas en la periferia de la Eurozona (Portugal, España, Italia y Grecia), frente a economías exportadoras de la semiperiferia (China y otras de Asia o África), o bien del corazón del desarrollo industrial de la Eurozona (Alemania y las economías de su alrededor, junto a las escandinavas).

No obstante, tal concepción acaba culpabilizando al excesivo ahorro de los asiáticos, implícitamente postula una tendencia al equilibrio por parte del sistema, o al menos rebaja el lugar teórico de la crisis hasta el de un alejamiento (momentáneo) del equilibrio, y carece de un marco teórico adecuado para abordar la crisis.

La segunda, por su parte, otorga prioridad a la esfera de la distribución sobre la producción, y a la demanda sobre la oferta, de lo cual se sigue la popularización de propuestas basadas en las economías dirigidas por los salarios o los beneficios, las exportaciones o la deuda.

Y así, podríamos ampliar una lista conformada por múltiples y variados factores explicativos del proceso de acumulación. Por extensión, no puede sino culminar en una amplia teoría de cada crisis, en una mera descripción de la posibilidad de la crisis y por tanto, su excepcionalidad, ya que explica la forma que asume, o su manifestación externa, sin preguntarse por la posible contradicción entre los fundamentos y los factores desencadenantes, o bien en su contrario, en la ausencia de una teoría de la crisis a partir de un principio unificador.

Un enfoque de economía política

Frente a estas concepciones, el materialismo que confirma la economía política de raíz marxista debe elaborar un marco teórico radicalmente opuesto, partiendo de aspectos objetivos y de un enfoque holista o global, en el cual ubicar sus partes constitutivas, y explicitando una causalidad dominante.

La crisis debe teorizarse en el marco del proceso turbulento de reproducción económica. En tanto su fuerza motriz es la producción de beneficio (excedente), que explica así la inversión, la causa profunda de la inestabilidad, ciclos, recesiones y depresiones debe buscarse en la esfera de la producción de excedente, o la valorización del capital. De ahí surgirán expectativas, elecciones, aversiones varias, que en ningún caso pueden alcanzar el rango de factor explicativo. En otras palabras, la ley del valor constituye el fundamento de la aplicación del materialismo histórico al análisis económico, de lo cual se sigue una determinada teoría endógena de la (necesidad de la) crisis.

Este holismo metodológico debe partir del conjunto del sistema económico, y posee diversas implicaciones, sean geográficas, en tanto la base material del despliegue de las leyes del funcio-

Este problema subyacente está detrás de los desequilibrios internacionales de las balanzas de pagos, junto a la reestructuración productiva a nivel mundial facilitada por desarrollo tecnológicos y la extensión de las cadenas globales de valor, así como del estancamiento salarial y de la composición de la inversión.

Por tanto, la vorágine especulativa y la posterior crisis de la deuda si bien originalmente privada, y luego transformada en problema de la deuda soberana no se puede comprender desde postulados subjetivistas, sino considerando que es el deterioro de la rentabilidad lo que convierte a una deuda determinada en excesiva.

El recurso al crédito supone el adelanto de dinero, como si el mercado sancionara positivamente un trabajo privado (concreto), fundamento de la creación de valor (trabajo abstracto). Si ese dinero, endógenamente creado, no encuentra su soporte en la actividad laboral, entonces se deprecia. Por tanto, el problema actual de la deuda no es ajena a la dinámica general de valorización, sino que es una forma de expresión de las dificultades en la producción de excedente. Tal es el desafío de la economía política frente al subjetivismo-idealismo propio no sólo de los enfoques ortodoxos, sino de algunas corrientes heterodoxas.

La vorágine especulativa y la posterior crisis de la deuda -si bien originalmente privada, y luego transformada en problema de la deuda soberana- no se puede comprender desde postulados subjetivistas, sino considerando que es el deterioro de la rentabilidad lo que convierte a una deuda determinada en excesiva.

namiento del capitalismo es de alcance mundial; pero también en cuanto a que impide separar la oferta y la demanda, o las finanzas del conjunto del proceso de valorización. Todos estos factores sólo adquieren sentido en el marco del proceso global de valorización.

Más específicamente, el bajo nivel de los tipos de interés que ha presidido la fase de la denominada "Gran Moderación" sólo puede explicarse a partir de una oferta y demanda de dinero que, a su vez, responde al ciclo económico, es decir, una insuficiente capacidad de generar excedente.

*España, Dpto. de Economía aplicada, Universidad de Valladolid.



NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL: RAZOES E PERSPECTIVAS DO NOVO GOVERNO

MARCELO DIAS CARCANHOLO*

Perguntar-se sobre as razões e perspectivas do governo neoconservador de Bolsonaro no Brasil é perguntar-se sobre o sentido e as contradições dos governos do PT e as razões que levaram ao Golpe de 2016. E isto, inescapavelmente, requer identificar a trajetória do neoliberalismo nas particularidades deste país.

turais pró-mercado.

O neoliberalismo se define, basicamente, por duas características. Em primeiro lugar, como condição necessária, defende-se a obtenção de uma estabilização macroeconômica (da inflação e das contas públicas), como forma de garantir horizontes de cálculo de longo prazo mais estáveis. Isso é

Perguntar-se sobre as razões e perspectivas do governo neoconservador de Bolsonaro no Brasil é perguntar-se sobre o sentido e as contradições dos governos do PT e as razões que levaram ao Golpe de 2016. E isto, inescapavelmente, requer identificar a trajetória do neoliberalismo nas particularidades deste país.

O neoliberalismo é implementado no Brasil desde os anos 90 e provocou sérios problemas de estoque (crescimento do passivo externo líquido e da dívida pública), de fluxo (déficits no balanço de pagamentos, elevação dos serviços da dívida pública e do passivo externo líquido), redução da autonomia de política econômica, baixo crescimento, piora nas distribuições de renda e riqueza e uma forte instabilidade cambial que, no limite, nos levou à crise cambial de 1999. Após essa crise, modifica-se apenas formalmente a instrumentalização da política, mas, na prática, a política econômica seguiu as mesmas diretrizes.

Os pífios resultados da economia, dentre outras causas, levaram à eleição de Lula em 2002. Uma vez eleito, o que seu governo faz? Altera a política econômica? Não. Ela é mantida sob o falso argumento de que se deveria gerar credibilidade nos mercados. Rompe-se com a estratégia neoliberal de desenvolvimento? Ao contrário, ela é aprofundada, com a seqüência das reformas estru-

uma condição necessária, mas não suficiente.

Em segundo lugar, defende-se a implementação de reformas estruturais que ampliem a mercantilização da sociedade. Por isso é que o neoliberalismo tem como mantra todo o processo de privatização, abertura e liberalização comercial e financeira, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas, dentre outras reformas.

De que forma a pré-condição deve ser obtida? A estabilização macroeconômica requer uma política econômica ortodoxa ou heterodoxa? Isso é indiferente! Na realidade, o que a define é a conjuntura específica que se enfrente. Por isso é que o neoliberalismo não teve nenhum problema em defender políticas de estabilização com âncora cambial nos anos 90 do século passado. Outro exemplo foi a mudança na política econômica no segundo mandato de Lula, na tentativa de responder aos efeitos da grave crise na economia mundial. A política econômica anti-cíclica, chamada por

alguns de novo-desenvolvimentismo, não modificou em nada os marcos estruturais da estratégia de desenvolvimento.

Ainda que os governos do PT tenham aprofundado o neoliberalismo e as políticas econômicas dos governos anteriores, por que os resultados econômicos foram distintos? De fato, a taxa média de crescimento da economia no período 2002-2007 foi bem superior à do período anterior. Permitiu-se uma política de relativo crescimento do salário real e da redução da desigualdade no país. Foram acumuladas reservas internacionais para além da nossa necessidade de financiamento externo. Pareceria claro e indiscutível que os governos do PT foram distintos (ao neoliberalismo). O que explica esse resultado do período? A específica modificação do cenário externo, que nos foi extremamente favorável no período 2002-2007.

Nesse período, a economia mundial cresceu relativamente bem, mas as economias que mais cresceram foram justamente economias que, para tanto, necessitavam importar produtos primários e baseados em recursos naturais que, em função até dos efeitos do neoliberalismo, a América Latina tinha voltado a produzir e exportar.

O crescimento no quantum exportado e a elevação do preço das commodities fizeram com que as exportações da região subissem fortemente. Isso, aliado à alta no ciclo de liquidez internacional, que nos permitia captar recursos externos abundantes e a taxas baixas de juros, levou a resultados positivos no balanço de pagamentos e ao acúmulo considerável de reservas internacionais. As baixas taxas de juros internacionais ainda permitiam uma margem para a redução das taxas de juros internas, que incentivam a demanda agregada interna. Com crescimento da demanda externa e elevação da demanda interna, a produção doméstica pode obter as taxas de crescimento que apresentamos. A forte entrada de recursos externos ainda permi-

De fato, a taxa média de crescimento da economia no período 2002-2007 foi bem superior à do período anterior. Permitiu-se uma política de relativo crescimento do salário real e da redução da desigualdade no país.

qualquer que seja a perspectiva que se tenha sobre isso, a condição necessária para esse processo era o cenário externo extremamente favorável. O estouro da crise mundial em 2007-2008 reverteu completamente esse cenário.

tiu que esse crescimento ocorresse em um contexto de apreciação cambial e, portanto, sem maiores pressões inflacionárias.

Como a arrecadação estatal está relacionada ao nível de atividade da economia, isso permitiu o crescimento das receitas estatais. Mesmo com uma política fiscal de forte arrocho para sustentar o pagamento do serviço da dívida pública, ainda conseguiu-se alguma folga para políticas públicas compensatórias que, junto ao relativo crescimento do salário real, possibilitaram a redução da desigualdade característica da nossa sociedade.

Mesmo nesse período de cenário externo favorável, algumas ponderações devem ser feitas. Em primeiro lugar, isso ocorreu para toda a América Latina. Se comparadas, nesse mesmo período, a economia brasileira só apresentou uma taxa média de crescimento superior à haitiana.

Em segundo lugar, as armadilhas estruturais foram aprofundadas, não apenas, mas também por conta do crescente processo de reprimarização das exportações.

A seu turno, as políticas sociais compensatórias (focalizadas, pontuais e não-estruturantes) seguiam a cartilha das propostas, por exemplo, do Banco Mundial. O crescimento do salário real ocorreu em um contexto de redução do salário relativo (comparado com remuneração de juros, aluguéis e lucros).

Por último, os indicadores de igualdade normalmente utilizados dizem respeito a rendimentos do trabalho, excluindo aquelas outras remunerações. Além disso, a maior igualdade significa apenas que a dispersão entre os distintos rendimentos do trabalho diminuiu, o que não significa, necessariamente, que, em média, esses rendimentos tenham aumentado. Enfim, há vários (e outros) apontamentos para relativizar o chamado sucesso da estratégia dos governos do PT.

O fato concreto é que, qualquer que seja a perspectiva que se tenha sobre isso, a condição necessária para esse processo era o cenário externo extremamente favorável. O estouro da crise mundial em 2007-2008 reverteu completamente esse cenário.

Após algumas oscilações na política econômica, e uma mal sucedida tentativa de política anti-cíclica, todos –excetuando talvez os ingênuos e alguns lulistas– sabiam que, independente de quem ganhasse as eleições de 2014, seria aplicado um programa econômico fortemente recessivo, com

Por isso o Golpe a qualquer custo foi necessário. Não se aceita mais nem uma mísera conciliação de classes. Nesse sentido, a eleição de Bolsonaro é uma continuação do Golpe.

ajuste fiscal nos moldes europeus e ampliação das reformas. Os novos tempos exigiam uma política econômica ortodoxa, alinhada com a ampliação das reformas estruturais neoliberais. O início do segundo governo Dilma demonstrou isso.

Se o ajuste ortodoxo viria de qualquer forma, por que o Golpe?

Neste ponto, várias hipóteses poderiam ser discutidas. Apontamos apenas duas que fazem parte da explicação.

Como se exigia uma nova rodada de privatizações, e dada a forma como elas costumam ser “conduzidas”, faz diferença quem está comandando o bloco no poder. O governo pode, de variadas formas, determinar os grupos que controlarão esses espaços econômicos e, portanto, quem se beneficiará dos processos de privatização. Adicionalmente, as economias, mesmo as periféricas, possuem trajetórias de médio e longo prazo cíclicas. Isso significa que, em algum momento, a economia mundial pode se recuperar, o que aliviaria o cenário externo da nossa economia e possibilitaria alguma recuperação. O que os novos

tempos (Golpe e pós-golpe) nos mostram é que não há mais espaço (econômico, político e social) para uma política de conciliação de classes, característica dos governos do PT. Por isso o Golpe a qualquer custo foi necessário. Não se aceita mais nem uma mísera conciliação de classes. Nesse sentido, a eleição de Bolsonaro é uma continuação do Golpe.

*Brasil, GT *Crisis y Economía Mundial*, profesor asociado de la Facultad de Economía de la Universidad Federal Fluminense.



MOVILIZACIÓN SOCIAL EN DEFENSA DE LA UNIVERSIDAD PÚBLICA

CAROLINA JIMÉNEZ MARTÍN*

Desde finales del mes de septiembre se empezó a gestar una intensa movilización estudiantil y profesoral en defensa de la Universidad Pública. Desde diversas regiones del país se alertó sobre la crisis de financiación que se atraviesa y las implicaciones que ésta tiene para garantizar universidades abiertas, de calidad y comprometidas con la construcción de una sociedad justa y democrática. Por esas razones, el 10 de octubre se dio inicio al paro nacional.

Existen algunos elementos que alertan sobre la crisis que atraviesan las universidades públicas colombianas.

¿Por qué hablar de crisis de las Universidades Públicas?

Existen algunos elementos que alertan sobre la crisis que atraviesan las universidades públicas colombianas, entre otros se destacan:

Desfinanciación: Según el Informe de sostenibilidad financiera del Sistema Universitario Estatal (SUE) los gastos de las universidades se incrementaron en promedio en los últimos siete años 9,65%; y el incremento de las transferencias, según lo establecido en el artículo 86 de la ley 30, fue en promedio para este mismo período de 3,76%.

Ampliación de oferta con menores recursos: Según, el mencionado informe, “mientras los estudiantes matriculados en las 32 Universidades pasaron de ser 159.218 en el año 1993 a 611.800 en el año 2016, el aporte anual promedio del Estado por

estudiante pasó de \$10 825 a \$4 786”.

No es gratuita: Los pregrados NO son gratuitos. En promedio en la Universidad Nacional de Colombia se subsidia el 85%, los y las estudiantes deben asumir el 15%, más todos los costos adicionales que implican su permanencia en el sistema educativo.

Alto costo de los posgrados: Los posgrados están prácticamente privatizados. En la Universidad Nacional de Colombia se subsidia tan solo 10%.

Autofinanciación: El presupuesto de ingresos y gastos para la Universidad Nacional deja percibir que alrededor del 50% de sus gastos son financiados con recursos propios.

Crisis infraestructural: Las universidades públicas tienen un déficit infraestructural que se expresa en el deterioro de su planta física.

Deterioro de los salarios docentes y congelamiento de la planta: Las universidades públicas sufren un proceso de congelamiento de su planta, lo cual se ha buscado solventar con la vinculación de los denominados “docentes ocasionales” quienes hoy representan buena parte de la planta docente y quienes son objetos de condiciones laborales precarias.

Estos elementos advierten sobre el grave riesgo que afrontan las 32 universidades públicas del país. Para el año 2018 se ha señalado que hay un déficit de 500 mil millones de pesos colombianos (170 millones de dólares) y según el Consejo Académico de la UN se requieren alrededor de “\$15 billones de pesos colombianos si quisieran adaptarse a los imperativos de cobertura, calidad, pertinencia e impacto social que exige el mundo contemporáneo”.

Pliegos para la defensa de la educación superior

En los diversos escenarios de organización estudiantil y profesoral se han planteado una serie de peticiones que en términos generales persiguen:

1.- Financiación: Incrementar la financiación de la educación superior entre 3 y 4 billones de pesos; adición presupuestal de 500 mil millones para el cierre del 2018; construcción de una ruta para resolver el déficit de 18 billones de pesos señalado por el SUE; garantizar que la financiación contingente vaya a las Universidades públicas y deje de financiar a las privadas a través de los créditos universitarios.

2.- Fin del programa “Ser Pilo Paga” y rechazo a “Generación E” y condonación de deudas del ICETEX: Estos programas financian la demanda a través del crédito educativo y el consecuente endeudamiento de las familias colombianas.

3.- Dignificación del trabajo de los docentes de planta: Los docentes de planta tienen unas condiciones de vinculación laboral precarias que no se compadecen con su grado de formación académica y con el tiempo de horas dedicado a atender su actividad docente.

4.- Ampliación de la cobertura con perspectiva universal: se debe garantizar acceso gratuito y universal para todos los jóvenes que deseen ingresar a la educación superior.

5.- Regulación del funcionamiento de las Universidades privadas: Creación de una línea de créditos sin interés para los estudiantes de las universidades privadas, congelamiento de los costos de las matrículas, y vigilar que el accionar de estos centros educativos esté en correspondencia con el NO ánimo de lucro.

6.- Creación de un Sistema de Ciencia y Tecnología: acorde con las necesidades del país y con una financiación que garantice el impulso de los procesos de investigación e innovación.

7.- Autonomía, democracia y gobiernos universitario: generar condiciones para que el gobierno universitario sea colegiado y democrático.

8.- Sistema de Educación Superior Estatal: lo anteriormente señalado debe lograr recogerse en un sistema de educación sostenible, capaz de dar respuesta a las necesidades del país, incluyente y solidario.

9.- Garantías plenas para la movilización

Para lograr la materialización de estas peticiones, se han elaborado una serie de propuestas que abren caminos para su viabilización. De manera general, se ha hecho énfasis en la necesidad de garantizar la financiación de la oferta con base en impuestos progresivos con destinación específica. También, se ha insistido en la necesidad de realizar una serie de reformas normativas.

2.- No establece reformas normativas: no involucra asuntos referidos a derogación de leyes que regulan funcionamiento y financiación de las IES.

3.- Excluye política frente a universidades privadas y programas de subsidio de la demanda: No recoge asuntos referidos a la derogación de los programas que financian la demanda, la con-

* Colombia, GT *Crisis y Economía Mundial*, docente del Departamento de Ciencia Política de la Universidad Nacional de Colombia.



Para lograr la materialización de estas peticiones, se han elaborado una serie de propuestas que abren caminos para su viabilización. De manera general, se ha hecho énfasis en la necesidad de garantizar la financiación de la oferta con base en impuestos progresivos con destinación específica.

El gobierno desconoce el movimiento y negocia con el SUE

El 26 de octubre de 2018 el presidente Duque, en compañía de rectores de las universidades públicas que participan en el Sistema Universitario Estatal (SUE), anunció el siguiente acuerdo: 1. El crecimiento de las transferencias de la nación para funcionamiento de las Instituciones de Educación Superior (IES) crecerá en un índice de precios al consumidor (IPC) más tres puntos porcentuales en 2019 y en 4 puntos el resto del Gobierno de Duque; 2. Una adición de 1.2 billones para los 4 años del gobierno; 3. implementación del artículo 142 de la reforma tributaria del 2016; destinación de 1 billón del plan de regalías para fomentar la inversión en infraestructura; participación de las IES en la construcción del Plan Nacional de Desarrollo.

Este acuerdo no solo desconoció al actor fundamental de la movilización, sino que por sus componentes resulta muy limitado para contribuir a resolver la crisis estructural que viven las IES. De ahí, que sea ampliamente rechazado por el movimiento estudiantil y profesoral; entre otras se destacan las siguientes críticas:

1.- Limita su propuesta a una solución parcial de financiación: El crecimiento de las transferencias es positivo pero insuficiente para resolver la crisis estructural de financiación de las IES. Aunado a que no da condiciones de estabilización en el largo plazo. Tampoco genera rutas para resolver el déficit de inversión de 18 billones señalado por el SUE.

nación deudas del Instituto Colombiano de Crédito Educativo y Estudios Técnicos en el Exterior – ICETEX y la eliminación de condiciones para que la financiación contingente pare en manos de privadas.

4.- Somete la financiación para la inversión en infraestructura a la voluntad política de los gobiernos locales.

5.- No hay un compromiso de impulsar una política estatal que persiga la creación de un sistema de educación superior estatal con gobiernos universitarios.

Por estas y otras razones el movimiento estudiantil y el profesoral han manifestado la continuidad del paro nacional y avanzan en la construcción y consolidación de escenarios de unidad y articulación.

Instalación de la mesa de negociación

La riqueza de la movilización estudiantil y profesoral en defensa de la educación superior obligó al gobierno nacional a sentarse, aunque de manera reticente, en una mesa de negociación.

El gobierno sin argumentos sólidos se niega a aceptar la base presupuestaria para el financiamiento de las universidades públicas. De ahí que el movimiento estudiantil y profesoral se mantenga.



BANCO CENTRAL AUTÓNOMO Y METAS DE INFLACIÓN ATADURA DE MANOS AL NUEVO GOBIERNO DE MÉXICO

ALEJANDRO CÉSAR LÓPEZ BOLAÑOS*

Para la teoría económica dominante, las crisis financieras sólo se presentan en las naciones cerradas a la libre movilidad del capital y con regulaciones que impiden la apertura de la cuenta de capitales; un colapso bursátil es improbable en los mercados financieros avanzados, sin restricciones al libre tránsito de los flujos de capital y bien desregulados, dando por entendido que la estabilidad financiera y de precios son compañeros habituales manteniendo una correspondencia directa en el comportamiento de los mercados financieros. ¿Qué se solicita a los mercados subdesarrollados?, avanzar en la profundización y desregulación financiera, siendo determinante para estos fines que los bancos centrales sean autónomos.

Con la autonomía de los bancos centrales, la política monetaria tiene como único objetivo el control de precios utilizando mecanismos como son la estabilidad del tipo de cambio y el comportamiento de la tasa de interés.

Con la autonomía de los bancos centrales, la política monetaria tiene como único objetivo el control de precios utilizando mecanismos como son la estabilidad del tipo de cambio y el comportamiento de la tasa de interés.

El banco central, al priorizar la estabilidad del

valor adquisitivo de la moneda, se aleja de financiar al sector público, puesto que deja de actuar como prestamista de última instancia dado que la política monetaria que se instrumenta no garantiza los niveles de liquidez que requiere la dinámica económica, dejando en el sector bancario la posibilidad de financiar los requerimientos de capital del Estado.

el problema mayúsculo de la política monetaria implementada por los bancos centrales en las economías dependientes, es que está alejada del crecimiento y del desarrollo, desincentiva la inversión productiva y se privilegia la especulativa.

Para el modelo vigente la autonomía de los bancos centrales es una condición indispensable para garantizar el funcionamiento pleno del libre mercado, argumento que ni siquiera los gobiernos progresistas latinoamericanos pudieron contrarrestar. Vale la pena recordar que en fechas recientes el nuevo gobierno de México, encabezado por Andrés Manuel López Obrador ha declarado que mantendrá la autonomía de la banca central en un intento por tranquilizar a los mercados financieros que especularon con el devenir de la institución ante un gobierno expresamente anti neoliberal.

Pero el problema mayúsculo de la política monetaria implementada por los bancos centrales en las economías dependientes, es que está alejada del crecimiento y del desarrollo, desincentiva la inversión productiva y se privilegia la especulativa, esto hace necesario incrementar y afianzar los incentivos a la entrada de capitales, tal como su-

cedió con las privatizaciones en la década de los noventa o con las reformas estructurales de última generación que abrieron actividades restringidas a la inversión foránea, además de incrementar la deuda pública interna con el objetivo de atraer capital especulativo y controlar las presiones inflacionarias; baja inflación y estabilidad cambiara son las condiciones esenciales para garantizar la valorización del capital financiero.

Actualmente se mantiene un esquema general de control inflacionario conocido como Metas de Inflación, un enfoque que parte del supuesto de que los bancos centrales deben preservar el mandato explícito de la estabilidad de precios y contar con un alto grado de autonomía para perseguir tal objetivo, acompañado de metas cuantitativas bien definidas para la inflación y rendición de cuentas y como último supuesto teórico, una definición de la política monetaria a seguir a partir de una evaluación prospectiva de las presiones inflacionarias utilizando para tal fin una amplia variedad de información.

Sirva este breve recuento para analizar el reto que para el nuevo gobierno mexicano significa mantener la autonomía del banco central a pesar

de su escasa contribución al desarrollo nacional. Mejorar la situación económica general no es prioridad para los bancos centrales autónomos, porque la reducción de la inflación y la estabilidad del tipo de cambio descansan esencialmente en la entrada de capitales foráneos, por lo que la política económica se subordina a las exigencias de éstos.

El Banco de México (Banxico) obtuvo su deslinde del gobierno central en el año 1994, desde entonces sus decisiones de política monetaria están enfocadas a garantizar el poder adquisitivo del peso mediante el control del tipo de cambio. A partir del año 2001 el Banxico adoptó un esquema de metas de inflación; si bien el anuncio oficial por parte del banco central concerniente a la adopción de este esquema se hizo en el Programa Monetario para 2001, su implementación fue una transición gradual luego de la crisis de 1994-95, cuando la devaluación de la paridad cambiara frente al

dólar dejó sin funciones al uso del tipo de cambio nominal como ancla de expectativas de inflación.

La actual conducción de la política monetaria esta sujeta a los requerimientos implementados ante la crisis iniciada hace una década, lo cual derivó en tres resultados: a) el recurrente error al estimar la inflación futura; b) la meta de inflación no asegura la disciplina fiscal, esto llevó a controlar los precios con mecanismos que desajustaron las finanzas públicas sin conducir a un gasto eficiente y en su caso, generando mayor endeudamiento público; c) la economía mexicana tiene un alto grado de apertura, lo cual ocasiona que el control de la inflación mediante metas requiera de flexibilidad del tipo de cambio y con ello las depreciaciones aumentan. La devaluación resultó un mecanismo de transferencia de ingresos y riqueza hacia acreedores externos y grandes exportadores.

salarios como un detonante del alza de precios, argumento utilizado para negar aumentos al ingreso de los trabajadores.

La inflación es un tema distributivo, salarios, ganancia y rentistas-especuladores financieros, todos pelean por un porcentaje de la ganancia producida. La política monetaria actúa en una forma redistributiva pero beneficiando (concentrando) a un sector específico, particularmente a la banca que sólo en el sexenio de Enrique Peña Nieto obtuvo ganancias por aproximadamente 637 000 millones de pesos, un monto 49% mayor a lo registrado en el sexenio de Felipe Calderón.

El control de la inflación es una disputa entre los intereses de clase, la banca central actúa para favorecer la ganancia de los sectores concentradores del capital y poco importa una tasa de cre-

divisa en un país con un tipo de interés reducido, en este caso dólares, y financiarse a bajo coste en pesos e invertir en activos donde la tasa de interés es mayor, como es el caso de la deuda pública) derivan en que la competencia por atraer flujos dinerarios se materialice en una transferencia constante de capitales a las economías centrales. Un flujo de recursos que va directamente a los mercados financieros en la forma de capital ficticio pero que conlleva la extracción de plusvalía para el pago de deudas.

La mayor inflación en México con respecto a Estados Unidos, el incremento de la deuda pública y privada, las políticas adoptadas por la Reserva Federal, la renegociación del tratado de libre comercio de América del Norte y el mayor ingreso de capital especulativo en contraparte al productivo han debilitado la posición del peso mexicano frente al dólar.

Si se mide a partir del índice de tipo de cambio real que cuantifica Banxico, la devaluación entre diciembre de 2012 y el mismo mes de este 2018 alcanza 50%, periodo que corresponde a la administración gubernamental que encabezó Peña Nieto, etapa que alcanzó su máximo en diciembre de 2016 al situarse en 20.492 pesos por divisa estadounidense, pero el sexenio se inició con una paridad de 12.858 pesos por dólar.

El nuevo gobierno recibe una nueva escalada devaluatoria con un precio nominal de 20.244 pesos por dólar, librando una batalla contra especuladores e inversionistas que han ejercido presión en la bolsa de valores en cada ocasión que el presidente López Obrador anuncia medidas contrarias a los intereses particulares de los rentistas, tal como sucedió con la cancelación de la construcción del nuevo aeropuerto de la Ciudad de México

Mejorar la situación económica general no es prioridad para los bancos centrales autónomos, porque la reducción de la inflación y la estabilidad del tipo de cambio descansan esencialmente en la entrada de capitales foráneos, por lo que la política económica se subordina a las exigencias de éstos.

La inflación en México cerró 2017 en casi 7%, el Banxico recientemente informó en su Minuta de la Reunión de la Junta de Gobierno que para 2018 se estimaba una cifra entre 4.5 y 4.6%.

En los primeros días de diciembre de 2018, la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) señaló que la economía mexicana presenta la segunda tasa de inflación más alta, sólo detrás de Turquía (5.2%), entre los miembros de la Organización. La relevancia que este indicador adquiere es consecuencia de que la meta de inflación es estimada anualmente en una tasa de 3% con un margen de un punto porcentual arriba o debajo de la misma, pronóstico con el cual se ajustan los incrementos presupuestales y salariales mismos que tienen un crecimiento recurrente menor al alza de precios observada. Además, la OCDE ha manifestado que México registra un aumento de 17% en el precio de los energéticos y de 3.5% en los alimentos.

Es evidente que la meta de inflación no ha logrado el éxito señalado por sus operadores y, por el contrario, ha precarizado las condiciones de vida de amplias capas de la población. No debe perderse de vista que el control inflacionario percibe a los

cimientos de 2% y una tasa de informalidad que alcanza a 6 de cada de 10 trabajadores.

Esta disputa en la distribución alcanza a las finanzas del Estado, quien registra un progresivo endeudamiento, acorde a lo observado a nivel mundial en donde los préstamos bancarios han perdido peso con relación a los títulos de deuda en la composición del crédito internacional.

La deuda pública supera al cierre de 2018 los diez billones de pesos, poco más de 532 000 millones de dólares, 70% de esa deuda es interna y para dimensionar este monto, es necesario recordar que a fines de 2018 equivale a 46% del Producto Interno Bruto (PIB), pero diez años atrás el indicador era de 21%.

La deuda pública se ha más que duplicado en esta década tocando máximos históricos, sin perder de vista que un comportamiento similar se registra en el endeudamiento de los corporativos privados, cuya deuda externa como proporción del PIB pasó de 7.5% en 2008 a 12% en este año.

Se estima que 30% de la deuda pública está en manos de inversores foráneos, cuyas operaciones con carry trade (mecanismo que trata de vender la

El control de la inflación es una disputa entre los intereses de clase, la banca central actúa para favorecer la ganancia de los sectores concentradores del capital y poco importa una tasa de crecimiento de 2% y una tasa de informalidad que alcanza a 6 de cada de 10 trabajadores.

o la propuesta de reducir las comisiones que cobra la banca que opera en México.

Los bancos centrales autónomos han salvado a los grandes capitales y utilizan a la política monetaria como un instrumento de concentración de la ganancia.

Los bancos centrales autónomos han salvado a los grandes capitales y utilizan a la política monetaria como un instrumento de concentración de la ganancia.

El nuevo gobierno de México enfrentará a los poderes que controlan el banco central en el arduo sendero que significa dejar atrás los lastres del neoliberalismo; se vive una etapa en la que el capital financiero se ha fortalecido más que nunca y esto fue posible porque en la década de crisis, los bancos centrales experimentaron con la población sus instrumentos de política monetaria, mientras que salvaron a las instituciones financieras “demasiado grandes para quebrar”. Tampoco puede negarse la cada vez más cercana relación entre el capital financiero y el real, pues hoy las transnacionales son poderosos conglomerados financieros.

En México se ha garantizado la autonomía del banco central, tema que más que un requerimiento de política económica es un dogma neoliberal. Pero no es posible hablar de una modalidad diferente de desarrollo mientras la política monetaria favorezca al capital especulativo y no tenga en consideración dentro de sus metas el crecimiento económico, una mejor distribución de la riqueza o el mejoramiento de los niveles salariales. No se trata sólo de un tema exclusivo de la política económica, esta discusión implica el tipo de sociedad que se deberá construir para desmoronar la herencia del neoliberalismo en México.

* México, GT *Crisis y Economía Mundial*, Académico del Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM.

LA INSOPORTABLE LEVEDAD DEL “POST-NEOLIBERALISMO” LATINOAMERICANO

JOSÉ FRANCISCO PUELLO-SOCARRÁS*

Varias hipótesis sobre el retorno del neoliberalismo en la región han sido enarboladas con ocasión del denominado nuevo “giro hacia la (ultra)derecha” en Nuestra América.

Ciertamente se verifica una contraofensiva política, económica y cultural por parte de partidos políticos, organizaciones de la sociedad civil y dispositivos mediáticos al servicio del capital que en su conjunto podrían ser caracterizados por su abierta oposición a la era de reformas iniciada por un calidoscopio complejo de nuevos gobiernos ubicados –al menos, discursivamente– a la izquierda del espectro político e ideológico y apoyados (selectivamente) por una creciente movilización societal y popular dentro del episodio conocido como la Oleada Antineoliberal.

Desde sus tempranos inicios en 1973, con el golpe de Estado al primer gobierno socialista elegido electoralmente de Salvador Allende en Chile y hasta la llegada de Hugo Chávez Frías a la presidencia venezolana en 1998, parecía que el largo período de hegemonía casi incontestable del neoliberalismo empezaría a llegar a su fin.

Con la continuidad relativa de las fuerzas electorales emergentes en la dirección de los gobiernos, a lo largo de la primera década del siglo XXI, se convocó la hipótesis post-neoliberal, es decir, una supuesta nueva era superadora del neoliberalismo.

La insoportable levedad del “post-neoliberalismo”

El post-neoliberalismo emergió como un eufemismo, metodológicamente incorrecto y políticamente engañoso. Como producto de oráculos entusiastas –especialmente entre las izquierdas latinoamericanas y caribeñas–, esta tendencia regional

resulta falseable, con la excepción de muy pocos casos nacionales.

La historia, al final de cuentas, no absolvería a quienes lo sugirieron con tanta insistencia (el caso de Emir Sader es llamativo) en tanto la hegemonía del neoliberalismo en América Latina y el Caribe, hoy vigente y en vigor, desafortunadamente parece gozar de muy buena salud. Incluso, más allá:

El post-neoliberalismo emergió como un eufemismo, metodológicamente incorrecto y políticamente engañoso.

el neoliberalismo muestra en trance crítico pero, a la vez, una profundización renovada en todas sus expresiones política, cultural y, especialmente, económica.

El advenimiento reciente de gobiernos hacia la derecha del espectro político e ideológico –sea por vías institucionales como en el caso de Argentina con Macri o en Chile con Piñera (nuevamente), sea por mecanismos para-institucionales, como lo muestra paradigmáticamente el caso de Brasil con Temer y el escenario hacia Bolsonaro–, calificados por muchos como “pro-neoliberales”, podría ser un signo que ratificaría esta sensación.

Aún existen varios elementos de juicio que brillan por su ausencia dentro de los análisis y que obstruyen pensar que el neoliberalismo reinante entre las décadas de 1970-1990 nunca se fue (con afortunadas excepciones).

Habría mejor que interpretarlo en términos de sufrir una metamorfosis, acontecimiento en el cual



varios gobiernos “anti-neoliberales” jugaron un rol crucial.

Para ilustrar la falsedad de la hipótesis en torno a la existencia de gobiernos post-neoliberales, es decir, aquellos que –según la mirada selectiva de varios observadores– encarnaron una transición económica política superadora del neoliberalismo durante el nuevo milenio. Examinaremos aquellos casos donde simultáneamente se verifican: i) la continuidad del neoliberalismo al nivel económico político (en el paradigma y matriz de desarrollo); y, ii) la reformulación de los programas de las políticas públicas neoliberales (v.gr. Argentina, Brasil –incluimos en esta lista a Uruguay, aunque no entraremos en detalles), son claves y ciertamente demostrativos, por varias razones. Entre ellas, porque –al menos, Brasil y Argentina– son dos países económica y políticamente influyentes de la subregión.

Los Consensos del Neoliberalismo latinoamericano: de Washington a Buenos Aires

¿La llegada de Néstor Kirchner y luego de Cristi-

na Fernández de Kirchner en Argentina, así como de Luiz Inácio “Lula” Da Silva y Dilma Rouseff en Brasil, como parte de los gobiernos “antineoliberales”, significaron continuidades o rupturas frente al neoliberalismo de finales del siglo XX? ¿En qué medida pueden calificarse como gobiernos post-neoliberales?

Un elemento insoslayable para resolver estas interrogantes, con implicaciones no sólo para los países en cuestión sino con fuertes impactos a nivel regional y global en la recomposición de la hegemonía neoliberal en América Latina y el Caribe es el triunfo del Consenso de Buenos Aires

Los llamados gobiernos “post-neoliberales” fueron, ante todo, gobiernos anti-Consenso de Washington, no contra-neoliberales en el sentido en que dieron continuidad al paradigma de desarrollo neoliberal.

(CBA, 1998) como la orientación que consolidará la renovación del neoliberalismo bajo el paradigma neo-liberal-desarrollista.

Sus respaldos teóricos e ideológicos ab origine son fáciles de rastrear. Por un lado, el neo-estructuralismo de la CEPAL (Sunkel, Ocampo et alt.), el cual es el background del neo-liberal-desarrollismo, horizonte que más que ser una recuperación del desarrollismo del siglo XX resulta ser un neoliberalismo con tintes productivistas; por el otro, la intensidad de la matriz neoliberal heterodoxa que estuvo latente en la inauguración del “primer” neoliberalismo (de procedencia austriaca basada en los planteamientos desde Schumpeter a Hayek, pasando por Mises; y que combina, igualmente, perspectivas del neoliberalismo alemán: el Ordoliberalismo y la Economía Social de Mercado), convocada frecuentemente como social-liberalismo.

Anti-neoliberalismo y Contra-neoliberalismo. Una diferencia clave

Una diferencia crucial en torno a este tema debe acudir a la diferenciación entre anti-neoliberalismo

Tabla 1. Nuevos Gobiernos en América Latina y el Caribe (1990s-2000s)

Trayectorias gubernamentales	PRO-neoliberales	CONTRA-neoliberales
Tipos de Gobiernos en referencia con estrategia de desarrollo	‘Primeros’ y ‘Nuevos’ Neoliberales (coaliciones discursivas con neo-liberal-desarrollistas)	Neo-socialismos (coaliciones discursivas con “Buen-vivir-Bien”)
Retóricas partidista y gubernamental	Anti-neoliberal <i>pero</i> pro-hegemónica	Anti-neoliberal y contra-hegemónica
Cambios y transformaciones desde la acción gubernamental	Cambios en los Programa de políticas pública <i>sin</i> transformaciones en el Proyecto político neoliberal	Cambios en los Programa de políticas pública <i>con</i> (intentos) transformaciones en el Proyecto político neoliberal
Caracterización	Reformistas ‘reformuladores’	Reformistas ‘radicales’
Lema	“Capitalismo en serio”	“Socialismo del siglo XXI”

Fuente: Autor.

y contra-neoliberalismo.

Los llamados gobiernos “post-neoliberales” fueron, ante todo, gobiernos anti-Consenso de Washington, no contra-neoliberales en el sentido en que dieron continuidad al paradigma de desarrollo neoliberal.

Así se destacan esquemáticamente dos tipos de trayectorias al nivel de la actuación de los gobiernos durante la primera década del nuevo milenio:

a) Trayectorias gubernamentales pro-neoliberales. Se incluyen tanto los ‘viejos’ gobiernos que logran mantener la continuidad frente a la hegemonía anterior como los ‘nuevos’ gobiernos que acceden bajo la retórica anti-neoliberal pero bajo modalidades pro-hegemónicas. Estos últimos, se identifican por introducir cambios en los programas políticos, sobre todo y mucho más visibles en los programas de políticas públicas (“sociales”), manteniendo los núcleos fundamentales del proyecto hegemónico (estrategia de desarrollo). Alrededor de este arco gubernamental confluyen proyectos económico-políticos de las primeras variedades neoliberales (neoliberalismo desregulado) y nuevas variedades liberal-desarrollistas (neoliberalismo regulado) los cuales pueden sintetizarse como casos de “reforma y reformulación” en el neoliberalismo.

b) Trayectorias gubernamentales contra-neoliberales. Introducen y desatan cambios en los programas políticos y de políticas públicas pero, al mismo tiempo, pretenden transformar el proyecto hegemónico desde nuevas estrategias que difieren selectivamente en grados e intensidades de la idea/estrategia de desarrollo. En esta categoría coinciden los llamados proyectos neo-socialistas aunque más llamativamente las coaliciones discursivas que posicionan paradigmas gubernamentales articulados con discursos emergentes como el “Buen vivir / Vivir Bien”. Estas experiencias las calificamos como casos de “reforma y revolución” del neoliberalismo.

COMUNICADOS

22 de diciembre de 2018

Nos solidarizamos con nuestro compañero del Grupo de Trabajo Crisis y Economía Mundial de CLACSO Julio Gambina, quien fue desvinculado de la Facultad de Ciencias Económicas Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de San Luis, Argentina donde se desempeñaba como asesor y docente del Centro de Pensamiento Crítico Pedro Paz. Espacio de reflexión crítica que el Dr. Julio Gambina ha promovido y acompañado en el proceso de formación colectiva propiciando encuentros e intercambios académicos del que hemos participado varios miembros del GT de Crisis y Economía Mundial en estos últimos años.

Expresamos nuestro total apoyo al pronunciamiento firmado por el Centro de Pensamiento Crítico Pedro Paz de la FCEJS (UNSL) y solicitamos la revocación de la medida tomada por el Sr. Decano Mg. Héctor Flores.

Coordinadoras del GT Crisis y Economía Mundial, CLACSO

Josefina Morales

Gabriela Roffinelli

El Grupo de Trabajo de CLACSO, Crisis y Economía Mundial se solidariza con el Dr. Jorge Marchini que fue expulsado por el Consejo Superior de la Universidad de Buenos Aires, donde es profesor titular del área de Economía desde 1985.

El Dr. Marchini es un reconocido intelectual comprometido con las causas populares de Nuestra América y miembro de varios grupos de trabajo de CLACSO desde hace varios años. En particular queremos destacar su valiosa contribución en el proyecto de CLACSO sobre las controversias entre los Estados Latinoamericanos y las empresas transnacionales.

Consideramos que este atentado contra los derechos laborales y académicos del Dr. Marchini se inscribe en la oprobiosa política neoliberal de Macri en Argentina contra la Universidad Pública acentuada en este año del centenario de la Reforma Universitaria y demandamos a las autoridades correspondientes su reinstalación.

Josefina Morales y Gabriela Roffinelli

Coordinadoras del GT Crisis y Economía Mundial

*Colombia, GT *Crisis y Economía Mundial*, Escuela Superior de Administración Pública.





La Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (SEPLA) expresa su apoyo al pronunciamiento firmado por el Centro de Pensamiento Crítico Pedro Paz ante la decisión de la FCJES (UNSL) de desvincular al Dr. Julio Gambina.

Julio es Presidente Alternativo de la SEPLA, que reúne economistas e intelectuales de catorce países latinoamericanos y congrega Sociedades de Investigación en Economía Política de ámbito nacional en distintos países.

La decisión de desvincular al Dr. Julio Gambina implica desconocer su trascendente rol como investigador que aporta a la construcción de algunos de los más importantes espacios de estudio y debate sobre la economía política y el pensamiento crítico, en Argentina y en toda la región de Latinoamérica y el Caribe.

Destacamos asimismo el rol del Dr. Julio Gambina para la articulación de la misma SEPLA y su importante aporte y producción teórica en este campo, preocupándonos por la no priorización de los espacios de reflexión crítica y de la pluralidad teórico-metodológica en el quehacer vigente de la Facultad de Ciencias Económicas, Jurídicas y Sociales.

Por todo lo anteriormente expresado solicitamos la revocación de la medida tomada por el Sr. Decano, Mg. Héctor Flores.

21 de Diciembre del 2018

Dr. Camille Chalmers (Haití)
Presidente de la SEPLA

Mter. Antonio Elías (Uruguay)
Vice Presidente de la SEPLA

Dra. Josefina Morales (México)
Secretaria de la SEPLA

PERSPECTIVAS 2019

ARMANDO NEGRETE*

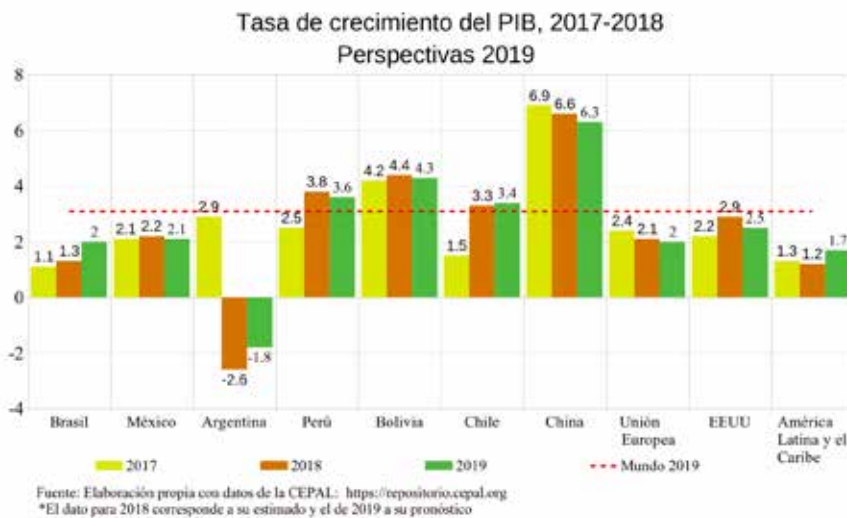
COMITÉ
**EDI-
 TO-
 RIAL:**

El pronóstico de crecimiento de la economía mundial para 2019 quedó en 3.1%. No obstante, éste responde a la dinámica de las economías emergente asiáticas, especialmente China, que crecerá al 6.3%. El resto de las regiones se encuentra por debajo de la media mundial. El escenario del mercado internacional continúa atravesado por el proteccionismo de EU y la guerra comercial con China; el incremento del riesgo financiero provocado por la falta de regulación; el alto nivel de endeudamiento de las economías maduras; las sucesivas alzas de las tasas de interés de la FED y los ajustes de la zona euro al Brexit. En el caso de Nuestra América predomina un bajo crecimiento, salvo Bolivia, Perú y Chile que se encuentran, incluso, por encima del nivel mundial. El horizonte del 2019 será, de este modo, más difícil que el del 2018.

**Gabriela Roffinelli,
 Josefina Morales y
 Julio Gambina**

Las notas son
 responsabilidad de
 los autores.

Diseño Editorial:
Verena Rodríguez



*México, Académico del Observatorio de Economía Latinoamericana (Obela), Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM.